



Artigo II

A presente Emenda entrará em vigor na data de sua assinatura.

Feita em Brasília, em 12 de março de 2012, em dois (2) originais, em língua portuguesa.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Marco Farani
Diretor da Agência Brasileira de Cooperação
Ministério das Relações Exteriores

PELO INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA

Manuel Rodolfo Otero
Representante do IICA no Brasil

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA DA UNIÃO DE MYANMAR PARA O ESTABELECIMENTO DE MECANISMO DE CONSULTAS POLÍTICAS

O Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

e

O Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da União de Myanmar

(doravante denominados "Partes"),

Desejando desenvolver e fortalecer relações amigáveis entre seus países e aumentar o entendimento mútuo e a cooperação entre eles;

Reconhecendo os benefícios das consultas e da troca de impressões, em diferentes níveis, sobre as relações bilaterais e os assuntos internacionais de interesse comum;

Objetivando estabelecer um mecanismo de consultas políticas prático e eficiente; e

Reafirmando a adesão aos princípios e objetivos da Carta das Nações Unidas,

Convieram no seguinte:

Artigo 1

1. As Partes realizarão consultas regulares para avaliar as relações bilaterais entre seus países, trocar pontos de vista sobre assuntos bilaterais e internacionais e coordenar suas posições em temas de interesse mútuo no âmbito institucional e fóruns internacionais. As consultas incluirão aspectos políticos, econômicos, comerciais, científicos, tecnológicos e culturais das relações bilaterais.

2. As Embaixadas de ambas as Partes em terceiros países, assim como as Missões junto a organismos internacionais, também fortalecerão contatos com vistas à coordenação em temas de interesse comum.

Artigo 2

No âmbito de suas relevantes competências, as Partes colaborarão em estabelecer e desenvolver relações entre instituições governamentais de seus países.

Artigo 3

1. As Partes realizarão consultas a cada dois (2) anos, ou quando necessário, alternando entre as capitais de ambos os países, em nível de Ministros, Vice-Ministros, Secretários-Gerais, Secretários-Permanentes, Diretores-Gerais, ou outros altos funcionários de ambos os ministérios e no mesmo nível.

2. Para que seja possível realizar as consultas supra-citadas, as Partes coordenar-se-ão com antecedência suficiente, por via diplomática, sobre data, local, agenda e participantes da reunião.

Artigo 4

Este Memorando de Entendimento pode ser emendado por consentimento mútuo, por via diplomática.

Artigo 5

1. Este Memorando de Entendimento entrará em vigor na data de sua assinatura por período de cinco anos, sendo automaticamente renovado por períodos similares, salvo se as Partes decidirem o contrário.

2. Qualquer Parte pode notificar a outra sobre sua decisão de finalizar este Memorando notificando com antecedência de seis meses, por via diplomática.

Feito em Nay Pyi Taw, em 27 de fevereiro de 2012, em duas cópias originais, nos idiomas português, myanmar e inglês, todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá a versão em inglês.

PELO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Maria Edileuza Fontenele Reis
Subsecretária-Geral Política II

PELO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA DA UNIÃO DE MYANMAR

Maung Myint
Vice-Ministro de Negócios Estrangeiros

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE EL SALVADOR PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "APOIO AO SISTEMA DE INOVAÇÃO NO SETOR AGROPECUÁRIO DE EL SALVADOR"

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República El Salvador
(doravante denominados "Partes"),

Considerando que as relações de cooperação técnica têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador, firmado em 20 de maio de 1986;

Tendo em conta o desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento; e

Considerando que a cooperação técnica na área de agricultura se reveste de especial interesse para as Partes,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objeto a implementação do Projeto "Apoio ao Sistema de inovação no Setor Agropecuário de El Salvador"(doravante denominado "Projeto") cuja finalidade é contribuir para o aumento da segurança alimentar em El Salvador.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades e os resultados a alcançar.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

Artigo II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, pelo acompanhamento e pela avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) como instituições responsáveis pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. O Governo da República de El Salvador designa:

a) o Vice-Ministério de Cooperação para o Desenvolvimento do Ministério das Relações Exteriores (VCD/MRE) como instituição responsável pela coordenação, pelo acompanhamento e pela avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Ministério de Agricultura e Pecuária da República de El Salvador (MAG), o Centro Nacional de Tecnologia Agropecuária e Florestal (CENTA) e a Escola Nacional de Agricultura "Roberto Quiñonez" (ENA) como instituições responsáveis pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

3. O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), por meio de seus escritórios na República Federativa do Brasil e na República de El Salvador, atuará como instituição responsável pela co-execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

Artigo III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver na República de El Salvador as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo salvadoreño, mediante o fornecimento de todas informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República de El Salvador cabe:

a) designar técnicos para desenvolver no Brasil as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo brasileiro, mediante o fornecimento de todas informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3. O presente Ajuste Complementar não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros de uma Parte à outra ou qualquer outra atividade gravosa a seus patrimônios nacionais.

Artigo IV

Na execução das atividades previstas no Projeto, as Partes poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais, que deverão estar previstos em outros instrumentos legais que não o presente Ajuste Complementar.

Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República de El Salvador.

Artigo VI

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto desenvolvido no âmbito deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes. Em caso de publicação dos referidos documentos, as Partes deverão ser prévia e formalmente consultadas e mencionadas no documento publicado.

Artigo VII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data da última notificação entre as Partes, por via diplomática, sobre o cumprimento de seus respectivos procedimentos internos necessários para esse efeito e vigorará por dois (2) anos, sendo renovado automaticamente, até o cumprimento de seu objeto, salvo manifestação contrária de quaisquer das Partes.

Artigo VIII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou execução do presente Ajuste Complementar será resolvida por negociação direta entre as Partes, por via diplomática.

Artigo IX

Qualquer uma das Partes poderá notificar, a qualquer momento, por via diplomática, sua decisão de denunciar o presente Ajuste Complementar, cabendo às Partes decidir sobre a continuidade das atividades que estiverem em execução. A denúncia surtirá efeito três (3) meses após a data da notificação.

Artigo X

O presente Ajuste Complementar poderá ser emendado, em qualquer tempo, por qualquer das Partes, por via diplomática, por consentimento mútuo das Partes.